

IS
00522

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL
DO ÁLCOOL NO ESPÍRITO SANTO

522

não
circula

330.9815 2
I59t
8193/87

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



TERMO DE REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL
DO ÁLCOOL NO ESPÍRITO SANTO

330.9815 2
F59 t
8493/87

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

TERMO DE REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL
DO ÁLCOOL NO ESPÍRITO SANTO

JULHO/1986

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Moraes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISÃO

Robson Luiz Pizziolo

Gerente do DTR

ELABORAÇÃO

Ana Luzia Fregonazzi Botechia

Angela Maria Morandi

SUMÁRIO	PÁGINA
1. JUSTIFICATIVA.....	06
2. OBJETIVOS.....	10
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	11
4. CRONOGRAMA FÍSICO.....	14
5. CUSTOS.....	15
6. CRONOGRAMA FINANCEIRO.....	16
7. BIBLIOGRAFIA.....	17

1.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL, definido em 1975, foi formulado com o objetivo de buscar fontes alternativas de energia visando reduzir a alta dependência brasileira nas importações de petróleo, através da substituição da gasolina e outros derivados do petróleo pelo álcool.

Com isto, o Governo Federal objetivava obter repercussões no campo social e nos aspectos econômicos da agroindústria brasileira, destacando-se, entre outros: a economia de divisas, através da substituição da importação de petróleo; redução de disparidades regionais e individuais de renda; crescimento da renda interna, com melhor utilização de fatores ociosos (terra e trabalho); expansão da produção de bens de capital, através do crescimento de encomendas de equipamentos, com alto índice de nacionalização, destinados à ampliação, modernização e implantação de destilarias.

Na primeira fase do programa (1975 - 79), a meta era a produção de álcool carburante para adição em até 20% na gasolina. Os financiamentos concentraram-se nas chamadas destilarias anexas, agregadas às usinas de açúcar e a quase totalidade dos recursos foram provenientes do Banco do Brasil.

A segunda fase do programa, desenvolveu-se mais intensamente, com uma verdadeira proliferação de destilarias autônomas. A meta estabelecida para o ano de 1985, produção de 10,7 bilhões de litros, foi ultrapassada em 600 milhões de litros, o que comprova o alto grau de adesão ao programa. Passou-se a produzir álcool hidratado para veículos 100% a álcool, resultante de um protocolo assinado entre o Governo Federal e a indústria automobilística, que se comprometeu a lançar veículos a álcool a partir de 1980, com uma série de estímulos para sua aquisição: maior prazo de financiamento, menor preço do combustível e menor taxa rodoviária única.

Atualmente não há mais razão para financiamento de novas destilarias ou ampliação das já existentes, uma vez que se configura um excesso de produção em relação à demanda. Assim, a partir de 1985, o PROÁLCOOL passa por sua terceira fase, ainda não definida totalmente. Algumas mudanças deverão ocorrer no que tange especialmente à ampliação do setor álcool-químico, com produção anexa a destilarias de álcool, melhor aproveitamento de subprodutos da moagem da cana, como o bagaço e a vinhaça, para uso como ração animal e fertilizante, respectivamente.

Com a implementação do PROÁLCOOL, atingindo as metas de produção previstas, a produção de cana-de-açúcar (principal matéria prima da indústria alcooleira) aumentou em 10 anos (75/85) 160%, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), ocupando uma área 92% superior a de 1975. Isto equivale a ganhos consideráveis de produtividade da cultura de cana, relativa às demais culturas. Em 1984, a média nacional era de 64,3 ton. de cana por ha., em comparação com 46,6 ton/ha registradas no triênio 73/75.

O Programa Nacional do Alcool foi, e ainda é, objeto de muita polêmica quanto aos resultados obtidos após esses dez anos de existência, principalmente no que se refere aos benefícios sociais pelos quais o programa explicitava dentre seus objetivos. A questão da concentração da posse de terra nas áreas zoneadas para a plantação de cana-de-açúcar é o principal eixo da discussão. Segue-se o problema da mão-de-obra empregada. Se realmente contribuiu para aumento do emprego ou se acentuou o processo de proletarização do trabalhador rural, transformando o pequeno proprietário em bóia fria da atividade canavieira.

Um outro ponto importante, é quanto à utilização de terras para produção de alimentos. Será que a expansão da cana-de-açúcar ocupou áreas destinadas à produção de alimentos?

Estas e outras questões são de extrema importância e devem ser consideradas na avaliação do PROÁLCOOL.

No Espírito Santo o programa deslanchou a partir de 1979, com a implantação inicial da LASA - Linhares Agro-Industrial S/A. Até então, somente a usina Paineiras, localizada no município de Itapemirim, produzia álcool no Estado, através de uma destilaria anexa, em funcionamento desde 1937.

A partir de 1980, ocorreu um rápido processo de implantação de usinas, todas localizadas no Norte do Estado, e hoje conta-se com 08 (oito) destilarias de álcool sendo somente uma no Sul do Estado.

A tabela a seguir mostra o comportamento da cultura canavieira no Espírito Santo, a partir de 1975, onde observa-se que no período 75/84 ocorreu um crescimento equivalente a 74% na área colhida, e 256,8% no volume produzido. Observa-se, ainda, que a produtividade da cultura dobrou no período, fenômeno pouco observável para outras culturas.

Espírito Santo

Área colhida, volume produzido e rendimento da cana-de-açúcar

1975/1984

ANOS	ÁREA COLHIDA (HA)	VOLUME PRODUZIDO (TON)	RENDIMENTO TON/HA
1975	22.000	682.000	31,0
1976	28.094	870.914	31,0
1977	28.094	870.914	31,0
1978	34.700	1.075.700	31,0
1979	32.261	1.088.585	33,7
1980	24.873	771.063	31,0
1981	22.759	846.563	37,2
1982	29.271	1.620.018	55,3
1983	34.231	1.866.795	54,5
1984	38.302	2.433.554	63,5

FONTE: FIGBE - Anuário Estatístico do Brasil

Um estudo para avaliar o PROÁLCOOL no Espírito Santo, é plenamente justificado e, até mesmo, necessário uma vez que ainda não existem estudos desta natureza, voltado exclusivamente para os resultados obtidos do Programa, tanto em termos econômicos, quanto sociais.

Por outro lado, certamente o quadro econômico/social dos municípios zoneados para o PROÁLCOOL, e que receberam efetivamente instalações de destilarias, alterou-se bastante nestes últimos anos.

No setor agrícola, é importante observar as alterações ocorridas ao nível da concentração fundiária, composição da força de trabalho, ocupação da terra, etc, desde a implantação do PROÁLCOOL até os dias atuais. Infelizmente, os censos econômicos relativos a 1985, ainda não foram publicados, o que demanda um esforço maior de comparação da realidade antes e depois do programa.

No setor industrial, a gênero química certamente obteve altas taxas de crescimento, se comparado com outros gêneros mais tradicionais da indústria. A própria composição da mão-de-obra industrial sofre alterações neste processo. Portanto, é um setor que também será objeto de estudo, concentrando-se logicamente, naquele gênero que comporta as destilarias.

Por último, vale ressaltar a importância do conhecimento do PROÁLCOOL no Estado, para a atividade de planejamento do Governo Estadual, uma vez que envolve tanto atividades do setor agrícola, quanto do setor industrial e conseqüentemente é um componente dinamizador do setor terciário.

Portanto, não somente os resultados do programa serão conhecidos mas, e principalmente, que rumo poderá tomar daqui por diante, seja a nível nacional - definição da macro-política, seja a nível estadual - reflexos dessa política.

2.

OBJETIVOS

GERAL:

- . Proceder uma avaliação do Programa Nacional do Alcool no Espírito Santo, desde sua implantação até os dias atuais, especificamente sobre os reflexos do mesmo na região norte do Estado.

ESPECÍFICOS:

- . Avaliar o impacto social nas áreas rurais zoneadas para o programa, referente a concentração fundiária e relações de trabalho.
- . Avaliar o desempenho dos setores agropecuário e industrial, após a implantação do PROÁLCOOL, referente a valor da produção, emprego, investimentos realizados, etc.
- . Analisar os resultados globais do PROÁLCOOL e estabelecer as perspectivas da política econômica para o setor.

3.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando-se o momento histórico nacional no qual se buscam alternativas para superação de uma crise energética que fragilizou principalmente as economias não desenvolvidas e dependentes de importação de energia, como o Brasil, e tendo o Programa Nacional do Alcool como personagem central, propõe-se no presente trabalho, um estudo do que representou e que modificações trouxe para o Espírito Santo este programa.

Definido o objeto de estudo, necessário se faz recorrer a uma análise do momento por que passava o país quando da implantação do PROÁLCOOL. Num entendimento mais superficial, podemos dizer que tal momento foi marcado por mudanças estruturais na economia brasileira, que já vinham ocorrendo desde a implementação do Programa de metas (1956-61), marco da história política nacional. Houve, a partir daí, uma intervenção mais decisiva do Estado que determinava novos rumos para a economia nacional. Assim, decidiu-se pela consolidação do capital industrial e futura expansão do mesmo para os estados periféricos já que, a princípio, isto só ocorreu no estado de São Paulo.

Neste contexto, o Espírito Santo se coloca como Estado emergente, devido a seus aspectos favoráveis: proximidade com o centro industrial nacional, e facilidade de escoamento de produtos via portos e rododferrovias já instalados.

Dentro deste quadro o PROÁLCOOL, se insere como um dos grandes projetos a serem implantados no estado a partir de meados de 1970.

Assim, um estudo do que foi o Programa no Estado, requer um acompanhamento histórico do processo de industrialização no mesmo, tomando sempre como paralelo, as ocorrências a nível nacional e internacional (quando importantes).

As consequências sobre os outros setores: agrícola e serviços, também são fundamentais para o entendimento do objeto de análise. Assim, serão considerados como aspectos principais do estudo as transformações ocorridas a nível de concentração fundiária, relações de trabalho, geração de emprego e renda, atividades primárias, secundárias e terciárias, meio ambiente entre outras que, durante o estudo se julgar relevantes.

Em meio a estas questões o estudo irá sendo feito por etapas, conforme cronograma físico em anexo.

Numa primeira fase se recorrerá à coleta de dados secundários, leitura e discussão de textos para embasamento do assunto a fim de se suceder à preparação de viagem e pesquisa de campo. A pesquisa será aplicada nas destilarias junto a produtores rurais, sindicatos e outras atividades representativas

Após as fases de levantamento de dados secundários e primários (referentes à pesquisa de campo) se partirá para a elaboração dos Relatórios Parciais e Final.

Os Relatórios Parciais serão delimitados geograficamente pela área de influência de uma ou mais destilarias, especificamente no que se refere à produção (área de produção para as destilarias). Cada um deles deverá conter um histórico do Programa na respectiva área delimitada, assim como da(s) destilaria(s), os reflexos acarretados pelo mesmo e perspectivas, referindo-se sempre aqueles aspectos anteriormente citados (concentração fundiária, relações de trabalho, geração de emprego e renda, etc...).

O Relatório Final conterá uma análise histórica do PROÁLCOOL no Espírito Santo desde a implantação com suas respectivas exigências e definição de áreas para localização de destilarias, as transformações sócio-econômicas e modificações no Programa e surgimento de novas destilarias do período pós-implantação até o momento atual, incluindo-se também a problemática oferta/demanda. As perspectivas de produção para o Estado e

efeitos sobre os aspectos sócio-econômicos será um item de peso pois que embasará a formulação de propostas que objetive um **melhor** desempenho do Programa no Estado.

VALIAÇÃO DO PROGRAMA DO ALCÓOL NO ESPÍRITO SANTO
 ESTRUTURA DE CUSTOS (08 MESES)

DISCRIMINAÇÃO	Q	VALOR CZ\$ 1,00	MESES								TOTAL	
			01	02	03	04	05	06	07	08		
1. EQUIPE TÉCNICA												
Téc. Niv. Sup. II	02	8.400	16.800	16.800	16.800	16.800	16.800	16.800	16.800	25.200	25.200	151.200
- Téc. Niv. Sup. III	01	11.900	11.900	11.900	11.900	11.900	11.900	11.900	11.900	17.850	17.850	107.100
Estagiários	02	804	2.412	2.412	2.412	2.412	2.412	2.412	2.412	3.618	3.618	21.708
02. ENCARGOS SOCIAIS												
Téc. Niv. Sup. II	02	-	8.114	8.114	8.114	8.114	8.114	8.114	8.114	12.172	12.172	73.028
Téc. Niv. Sup. III	01	-	5.748	5.748	5.748	5.748	5.748	5.748	5.748	8.621	8.621	51.730
03. PESQUISA DE CAMPO												
Diária	90	310	-	-	-	27.900	-	-	-	-	-	27.900
- Combustível	257	6	-	-	-	1.542	-	-	-	-	-	1.542
4. MATERIAL DE CONSUMO												
- Lápis, papel, etc	-	-	253	253	253	253	253	253	253	253	253	2.024
5. OUTROS SERV. E ENCARG.												
- Xerox	-	-	438	438	438	438	438	438	438	438	438	3.504
- Telf. Luz e Aluguel	-	-	176	176	176	176	176	176	176	176	176	1.804
06. TAXA ADMINISTRAÇÃO												
10%	-	-	4.584	4.548	4.584	7.528	4.584	4.584	4.584	6.832,5	6.832,5	44.148
TOTAL			50.425	50.425	50.425	82.811	50.425	50.425	50.425	75.160,5	75.160,5	48.258

6.

CRONOGRAMA FINANCEIRO

Em Cz\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIM. SET/OUT/NOV	2º TRIM. DEZ/JAN/FEV	ÚLT.PARCELA MAR/ABR	T O T A L
1. Pessoal	134.922,0	134.922,0	134.922,0	404.766,0
2. Pesquisa de Campo	-	29.422,0	-	29.422,0
3. Outros Gastos	2.601,0	2.601,0	1.734,0	6.936,0
SUBTOTAL	137.523,0	166.965,0	136.656,0	441.144,0
Taxa de Administração	13.752,0	16.696,0	13.665,0	44.113,0
T O T A L	151,275,0	183.661,0	150.321,0	485.257,0

BIBLIOGRAFIA

1. MELO, Fernando Homem de e FONSECA, Eduardo G, da. Proálcool, Energia e Transportes.
2. BORGES, Julio Maria Martins. Proálcool, as prespectivas do Programa década de 80. Rio de Janeiro, ABDE, Revista Rumos do Desenvolvimento, ano 7, nº 40, mar/abr/83.
3. OLIVEIRA, Fátima Bayma de. As disfunções sociais do Programa Nacional do Álcool em decorrência da excessiva ênfase na cana-de-açúcar. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 16, nº 3, Jul/Set. 1982.
4. SILVA, José Gomes da. Proálcool e Questão Agrária. Caderno do CEAS, Salvador, nº 77, jan/fev. 1982.
5. Avaliação do Programa Nacional do Álcool - algumas reflexões. Ciência e Cultura, SPBC, São Paulo, vol. 38, nº 2, fev/86.
6. O BRASIL movido a álcool. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 mar./81.
7. PROÁLCOOL - 10 anos. Gazeta Mercantil, São Paulo, 13 nov./1985.
8. INSTITUTO CEPA - Rezoneamento para o Proálcool no Espírito Santo: uma análise sócio-econômica. Vitória, 1983

